

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**  
**Ato do Prefeito**

**Portaria**

Nomeia **THIAGO ISAIAS FALCÃO** para exercer o cargo Assessor C, CC-3, da Secretaria Executiva, em vaga do falecimento de Ely Menezes Silva, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 897/2015).

**Despacho do Prefeito**

**Processo 180/396/15-** Com base nos fundamentos da manifestação da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar- COPAD, às fls.48/52, autorizo a revisão da pena demissória da servidora requerente.

**Corrigendas**

Na Portaria nº813/2015, publicada em 28/05/2015, onde se lê: **a contar de 01/05/2015**, leia-se: **a contar de 01/04/2015**.

Na Portaria nº817/2015, publicada em 28/05/2015, onde se lê: **Francine Remos O'Reilly Torres**, leia-se: **Francine Rimes O'Reilly Torres**.

Nas Portarias nº894 e 895/2015, publicadas em 13/06/2015, inclua-se: **a contar de 01/04/2015**.

No Decreto nº 11942/2015, publicado em 13/06/2015,

**ÓRGÃO/UNIDADE**

**Onde se lê:**

FUHAB

**Leia-se:**

FMAS

**SECRETARIA EXECUTIVA**

**PORTARIA SEXEC Nº 03/2015**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar a Comissão Especial de Seleção da Convocação Pública SEXEC nº 01/2015, constituída pelos seguintes membros, servidores da Secretaria Executiva, sob a presidência do primeiro.

- Anderson Peixoto de Faria;

- Edilia Salvatierra Teles;

- Ivana Barreto Funes Neto.

**EDITAL**

**PROJETO DE ATIVIDADES FÍSICAS RELATIVAS À TERCEIRA IDADE**  
**CONVOCAÇÃO PÚBLICA SEXEC Nº 01/2015 PARA PARCERIA POR MEIO DE**  
**CONVÊNIO**

**1 - INTRODUÇÃO**

**1.01.** A Secretaria Executiva torna público que fará realizar processo de seleção de melhor Programa de Trabalho visando celebração de Convênio para a realização do PROJETO DE ATIVIDADES FÍSICAS RELATIVAS À TERCEIRA IDADE.

**1.02.** O presente processo de seleção e a adjudicação dele decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como pelas disposições constantes deste Edital e da Minuta de Convênio. Normas que os participantes declaram conhecer e a elas se sujeitam incondicional e irrestritamente.

**1.03.** As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, serão acatadas por todos os participantes e serão divulgadas pela imprensa da mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

**1.04.** A CONVOCAÇÃO PÚBLICA a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada, sem que caibam aos participantes qualquer direito à reclamação ou à indenização por este motivo, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8666/93.

**1.05.** Maiores informações e esclarecimentos de dúvidas de interpretação deste Edital poderão ser obtidas e dirimidas, por meio de requerimento escrito e endereçado à Secretaria Executiva, situada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 6º andar, Centro, Niterói, em até 5 (cinco) dias antes da data limite prevista no item 3.01.

**1.06.** Caberá ao PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, designada por intermédio de Portaria da Secretaria Executiva, responder às impugnações e pedidos de esclarecimentos, formulados pelos potenciais participantes, na forma do item 1.05, observado o disposto no subitem 1.03.

**1.07.** Decairá do direito de impugnar o Edital perante a Administração o participante que não o fizer dentro da forma e do prazo previsto no item 1.05. Impugnações posteriores a essa data não terão efeitos de recurso.

**1.07.1.** Não serão aceitas impugnações ao Edital encaminhadas por serviço postal, correio eletrônico ou fax.

**2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA CONVOCAÇÃO PÚBLICA**

**2.01.** Autorização da Sr.ª Secretária Executiva, conforme Processo Administrativo nº 180/000516/2015.

**3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**

**3.01.** Até 10 (dez) dias contados da data da publicação do Edital de Convocação Pública, inclusive, as Instituições poderão manifestar expressamente o interesse em firmar o convênio, oferecendo suas propostas.

**3.02.** A manifestação de interesse que trata o item 3.01 será formalizada por meio de requerimento escrito dirigido à Secretaria Executiva, em envelopes lacrados, contendo toda a documentação descrita neste edital, entregue no Protocolo do 6º andar do prédio da Prefeitura, situado na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, Centro, Niterói, no horário de 10:00h às 16:00h.

**3.03.** Não serão aceitas manifestações de interesse encaminhadas por serviço postal, correio eletrônico ou fax.

**3.04.** Em até dois (02) seguintes a data limite estipulada no item 3.01será publicada no Diário Oficial, jornal A Tribuna, a relação classificatória das entidades que manifestaram interesse na celebração do convênio.

**3.05.** A comissão Especial de Seleção será responsável pela análise dos envelopes, com as manifestações, referentes a presente **CONVOCAÇÃO PÚBLICA**.

**3.06.** Caso seja necessário, a análise das manifestações dos participantes do certame, na forma do item 3.02, poderá ser prorrogada, a fim de que seja possível a análise dos projetos técnicos pelos membros da Comissão Especial de Avaliação.

**4. OBJETO DA CONVOCAÇÃO PÚBLICA**

**4.01.** Gestão administrativa e esportiva do PROJETO DE ATIVIDADES FÍSICAS RELATIVAS À TERCEIRA IDADE, devidamente descrita, caracterizada e especificada no Plano de Trabalho/Projeto Básico, partes integrantes deste EDITAL, a ser executado em 38 (trinta e oito) núcleos distribuídos pela Cidade de Niterói.

**5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**5.01.** Os recursos necessários à contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

**PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.0001.2004**

**CÓDIGO DE DESPESA: 339039**

**FONTE DE RECURSO: 100**

**5.02.** O demonstrativo contendo a estipulação dos limites e critério para a despesa encontra-se no ANEXO I, totalizando a importância **estimada** de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por doze meses.

### 6. TIPO DE SELEÇÃO

**6.01.** A presente CONVOCAÇÃO PÚBLICA visa à seleção da melhor manifestação de interesses e do Programa de Trabalho, dentre aqueles propostos pelos Participantes, em conformidade com o especificado nos referidos documentos.

### 7. PRAZOS

**7.01.** Todos os prazos mencionados neste Edital serão sempre contados em dias corridos, salvo indicação expressa em contrário, excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

**7.02.** O prazo da prestação dos serviços é 12 (doze) meses, contado da data de publicação do extrato do convênio assinado em decorrência da presente CONVOCAÇÃO PÚBLICA.

**7.03.** O prazo do subitem 7.02 poderá ser prorrogado uma vez por iguais períodos, se atingidas, pelo menos, oitenta por cento das metas definidas para o período anterior, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº8666/93 e do Decreto Municipal nº 11.212/ 2012, ou alterado, na forma do art. 65, da Lei Federal nº 8666/93, que se aplica subsidiariamente.

**7.04.** Os prazos relativos aos recursos administrativos são disciplinados em seção própria deste Edital.

### 8. VALIDADE

**8.01.** O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias a contar da data da realização da seleção.

**8.02.** Na hipótese da não assinatura do convênio com a instituição vencedora ou com outra, na ordem de classificação, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega das propostas, as participantes ficarão liberadas de qualquer compromissos assumidos.

### 9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**9.01.** Poderão participar da presente convocação as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas aos idosos, visando atividades físicas, recreativas e esportes.

**9.02.** Não serão admitidas nesta CONVOCAÇÃO PÚBLICA as instituições: suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento e as declaradas inidôneas, pela Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundações, nos níveis federal, estadual ou municipal;

**9.03.** Não será permitida a participação de instituições: cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas paraestatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital, em consonância com o disposto no art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº8666/93.

**9.04.** Não será permitida a participação em consórcio.

### 10. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO/PROJETO BÁSICO E DA DOCUMENTAÇÃO

**10.01.** Toda a documentação referente à manifestação de interesse, descrita no item 3.01 e 3.02, deverá ser entregue, devidamente assinada pelo representante legal da instituição, com poderes para tal, no Protocolo do 6º andar do prédio da Prefeitura, situado na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, Centro, Niterói, no horário de 10:00h às 16:00h, no prazo previsto no item 3.01.

**10.02.** A incorreção dos documentos citados no item 10.01 não inabilitará o participante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma nas devidas oportunidades pata tal.

**10.03.** A manifestação de interesses, as propostas e os documentos exigidos no presente Edital serão apresentados por requerimento escrito e em 02 (dois) envelopes indevassáveis e fechados, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um as seguintes indicações:

(A) REQUERIMENTO ESCRITO COM A MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE, CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: REALIZAÇÃO DE PROJETOS CONGÊNERES (INDICANDO LOCAL DA REALIZAÇÃO, ANO E PRAZO DE DURAÇÃO); A QUANTIDADE DE NÚCLEOS (ITEM 3.1 DO PROJETO BÁSICO) QUE A INSTUIÇÃO CONSEGUIRÁ ATENDER.

(B) ENVELOPE "A" – PROGRAMA DE TRABALHO – 1 VIA SECRETARIA EXECUTIVA

CONVOCAÇÃO PÚBLICA SEXEC Nº 01/2015

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO

(C) ENVELOPE "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – 1 VIA SECRETARIA EXECUTIVA – PREFEITURA DE NITERÓI

CONVOCAÇÃO PÚBLICA SEXEC Nº 01/2015

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO

**OBS.: SOMENTE OS QUADROS: (I) PLANO DE TRABALHO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E (II) FICHA TÉCNICA DA ENTIDADE CONVENIENTE DEVERÃO SER PREENCHIDOS. OS DEMAIS QUADROS SÃO DE PREENCHIMENTO FACULTATIVO. NÃO HAVENDO PONTUAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO EM CASO DE NÃO PREENCHIMENTO.**

### 11. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO/PROJETO BÁSICO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**11.01.** Os documentos dos envelopes "A" - PROGRAMA DE TRABALHO/PROJETO BÁSICO e "B" - Habilitação Serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo:

**11.02.** O Programa de Trabalho deverá ser apresentado em uma via impressa em papel timbrado da instituição, com assinatura e identificação do responsável pela instituição.

**11.03.** Não serão aceitos Programas de Trabalhos encaminhados por email ou pelo correio, bem como entregues em disquete, CD ou DVD, pen drive ou outro meio digital.

**11.04.** É obrigatória a utilização dos modelos de formulários apresentados como anexos, assim como é obrigatório o preenchimento do quadro plano de trabalho cronograma de desembolso e ficha técnica da entidade conveniente, sendo desnecessário o preenchimento dos quadros Propostas de Metas Pessoa Física, Propostas de Metas Pessoa Jurídica e Propostas de Metas Material de Consumo.

**11.04.1** – O quadro **plano de trabalho cronograma de desembolso** deverá ser preenchido pelas entidades com as propostas de valores mensais, observando-se o limite de valor estimado para o projeto, descrito no item 5.02.

**11.05.** A desconformidade aos padrões e documentações exigidas por este edital incorrerá na desclassificação do Programa de Trabalho apresentado.

**11.06.** Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições do Programa de Trabalho ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes indicados no subitem 11.01.

**11.07.** As participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Secretaria Executiva, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na CONVOCAÇÃO PÚBLICA ou os seus resultados.

**11.08.** Os documentos exigidos no ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em cópia reprográfica autenticada, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93 e rubricados pelo representante legal da participante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistente de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Presidente da Comissão Especial de Seleção solicitar ao representante da firma, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção, após sua convocação, por qualquer meio válido (email,

telefone, publicação em DO). Somente a falta de representante legal ou a recusa do mesmo em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da participante.

**11.09.** Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 03 (três) meses, contados até a data da realização do Processo Seletivo.

**11.10.** O Presidente da Comissão Especial da seleção poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

**11.11.** É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação de mais de uma Instituição na presente seleção.

## **12. DO JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSES E DO PROGRAMA DE TRABALHO**

**12.01.** Cada um dos membros da Comissão Especial de Avaliação lançará nota em relação a cada um dos quesitos definidos neste Edital, sendo a nota final a média aritmética das notas atribuídas em cada uma dos quesitos. O julgamento da manifestação de interesse e do Programa de Trabalho levará em conta os seguintes quesitos:

(A) Semelhança dos projetos congêneres já realizados com o objeto do convênio;

(B) Menor preço apresentado, respeitando-se o limite orçamentário estipulado;

**12.02.** Experiência técnica da instituição proponente para desempenho da atividade objeto do convênio, demonstrada pela sua experiência técnica e gerencial na área relativa à atividade a ser executada (1 a 38 pts); um ponto para cada localidade indicada no item 3.1 do Projeto Básico, como sendo possível de ser abrangida pela entidade conveniente na execução do projeto.

**12.02.1.** A experiência técnica da instituição será analisada de acordo com os seguintes parâmetros:

(A) Um ponto para cada ano de comprovação por intermédio de certidões, relatórios e atestados, indicando a dimensão, o prazo, o local e outros elementos caracterizadores da execução de projetos congêneres ao objetivo do processo seletivo, executados no Município de Niterói.

(B) Um ponto para cada ano de comprovação por intermédio de certidões, relatórios e atestados, indicando a dimensão, o prazo, o local e outros elementos caracterizadores da execução de projetos congêneres ao objetivo do processo seletivo, com recursos da própria instituição ou com apoio financeiro, integral ou parcial, de pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, diversa do Município de Niterói.

(C) O prazo de execução do projeto congêneres não pode ter duração inferior a 1 (um) ano;

(D) O projeto não pode ter sido executado há mais de cinco anos, contados da data de abertura do processo seletivo;

**12.02.2.** Custos compatíveis com os valores de mercado, tomando-se como base o valor máximo descrito no item 5.02.

**12.03.** A Comissão Especial de Avaliação desclassificará:

(A) As propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital;

(B) As propostas com preço excessivo, consideradas como tais as que excederem o valor do orçamento estimado;

(C) As propostas manifestamente inexecutáveis. Consideram-se manifestamente inexecutáveis, os Programas de Trabalho/Projetos Básicos cujos valores sejam inferiores a 30% (trinta por cento) da estimativa oficial, ressalvada à participante desclassificada, em prazo razoável estipulado pela Comissão especial de Avaliação, a possibilidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta por meio de documentação que comprove serem os custos coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do convênio.

(D) as propostas que não alcancem 50% (cinquenta por cento) do total de pontos possíveis.

**12.04.** Declarada encerrada a etapa de análise da manifestação de interesses e do Programa de Trabalho, as propostas serão reordenadas e o Presidente da Comissão especial de Avaliação examinará a acessibilidade da primeira classificada, quando ao objeto e valor, segundo o estabelecido no item 12.02, decidindo motivadamente.

**12.05.** Sendo aceitável a manifestação de interesses e o Programa de Trabalho, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da participante primeira colocada, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**12.05.1** Havendo empate, será vencedora a Organização que apresentar maior pontuação no quesito **"10.03 (A)** – Quantidade de Núcleos que a Instituição conseguirá atender. Persistindo o empate, considerar-se-á vencedora a Instituição que tiver obtido maior pontuação no quesito **"12.01.** - Experiência técnica da instituição, a ser considerada em anos de projetos congêneres realizados, para desempenho da atividade objeto do convênio.

**12.05.2.** No caso de os critérios estabelecidos neste item serem suficientes para resolver a situação de empate entre duas ou mais propostas, o desempate se dará através de sorteio promovido em ato público.

**12.06.** O Presidente da Comissão Especial de Avaliação sanará eventuais omissões ou falhas puramente formais observadas na documentação e no Programa de Trabalho/Projeto Básico, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do processo de seleção. Também diligenciará a regularidade da participante relativa às condições de habilitação através de quaisquer meios, inclusive via "web", podendo até mesmo suspender o certame tanto.

## **13. Da Habilitação**

**13.01.** O envelope "B" deverá conter os documentos especificados a seguir:

(a) Documentação relativa à habilitação jurídica;

(b) Documentação relativa à qualificação técnica;

(c) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

(d) Documentação relativa à regularidade fiscal.

(e) Documentação relativa à regularidade trabalhista.

### **(A) Documentação Relativa à Habilitação Jurídica**

**(A.1)** Ato constitutivo ou estatuto em vigor registrado em Cartório, acompanhado de ata de comprovação da eleição de sua atual Diretoria, registrados em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

**(A.2)** Na hipótese de existir alteração no documento, posteriormente à constituição da instituição, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor, a fim de comprovar que o objeto social e as normas estatutárias estão focados no objeto do o convênio;

**(A.3)** Ata de Eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

**(A.4)** CPF do Representante Legal da Entidade.

**(A.5)** Cédula de Identidade do representante legal da Entidade.

**(A.6)** Declaração de Contribuição Previdenciária fornecida pelo INSS, se houver;

**(A.7)** Certificado de Registro de Entidade de Fins Filantrópicos, se houver.

**(A.8)** Declaração em papel timbrado com firma reconhecida de que a Instituição não possui em seu quadro nenhum funcionário que pertença aos 1º e 2º escalões da Administração Pública Municipal, emitida pelo representante legal da Entidade, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto n.º 19381/2001, ou que se enquadre nos termos do inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**(A.9)** Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que em sua Diretoria não tem pessoas que participem da Diretoria de outra Associação ou Fundação Privada (Decreto n.º 25.459, 03/06/2015);

**(A.10)** Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que a entidade tem ciência que deverá observar cotas mínimas para as pessoas de cor negra e para as mulheres, na

proporção mínima de vinte e cinco por cento em ambos os casos (Decreto n.º 21.083, de 20/02/2002);

**(A.11)** Declaração em papel timbrado, com firma reconhecida, que a entidade só possui convênio ou contrato com órgão da Prefeitura de Niterói indicando qual é (são) o(s) órgão(s) e a natureza do(s) ajuste(s);

**(A.12)** Comprovante de que o local da sede da Entidade é o mesmo constante no Estatuto Social (Alvará de Localização);

**(A.13)** Certidão de Regular Funcionamento emitida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ou do respectivo Ministério Público Estadual onde estiver localizada a sede, no caso de fundações privadas;

#### **(B) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**(B.1)** Comprovação de aptidão da instituição para desempenho de atividade **pertinente e compatível com o objeto do processo seletivo, informado** sobre a **reputação ético-profissional da instituição**, através de duas certidão(ões) ou atestado(s), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados perante o órgão técnico competente.

**(B.1.1)** A reputação ético-profissional da instituição deverá indicar o local, natureza, volume, qualidade e cumprimento dos prazos que permitam avaliar o desempenho da Instituição.

#### **(C) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**(C.1)** Comprovação de ser dotada de, no mínimo, 2% (dois por cento) de sua receita total de recurso não oriundos da Prefeitura da Cidade de Niterói. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Demonstrativo de Resultado de Exercício dos últimos 05 (cinco) anos, a fim de demonstrar a parte de sua captação de recursos financeiros, que nos últimos cinco anos, originaram-se do setor privado (art. 1º, III, Decreto n.º 27.503, de 26/12/2006), assinado por Contabilista capacitado pelo Conselho Regional de Contabilidade- RJ;

**(C.2)** Balanço patrimonial e demonstrações do resultado do último exercício, já exigíveis e apresentado na forma da lei, conforme disposto no art. 31. inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

**(C.3)** Plano de Contas Sintético da Entidade que deverá obedecer ao padrão estipulado pela Fundação Brasileira de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade, por intermédio do Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social.

**(C.4)** Certidões negativas de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da participante. Para as participantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registros de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

**(C.4.1)** As Participantes sediadas em outras cidades do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e concordata. Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contadas da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização da CONVOCAÇÃO PÚBLICA.

#### **(D) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL**

**(D.1)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

**(D.2)** Prova de Regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**(D.2.a)** Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

**(D.2.b)** Prova de Regularidade do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do imposto Sobre Serviços (ISS), referido, respectivamente, ao Estado e ao Município de domicílio da participante;

**(D.2.b.1)** No caso de participante domiciliada no Estado do Rio de Janeiro, a certidão negativa relativa ao ICMS, deverá ser acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro, conforme estabelece a Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/04;

**(D.2.c.1)** No caso da instituição, sediada no Município de Niterói, não ser proprietária do imóvel sede deverá apresentar declaração própria, atestando não ser proprietária do imóvel onde se localiza sua sede.

**(D.2.c.2)** As instituições sediadas em outros Municípios deverão apresentar Certidão de Regularidade da Secretaria de Fazenda de sua sede ou órgão equivalente.

**(D.2.c.3)** No caso de instituição, com filial ou escritório no Município de Niterói, deverá também apresentar certidão de regularidade relativa a ISS, IPTU e Dívida Ativa do Município do Rio de Janeiro. Não sendo proprietária do imóvel onde exerce as atividades, deverá apresentar declaração própria atestando não ser proprietária do imóvel onde se localiza sua sede, além de Certidões do 1º e 2º Distribuidores.

**(D.3)** Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

**(D.3.1)** Declaração de isenção de contribuição previdenciária emitida pelo INSS, caso a Entidade seja isenta desse tributo;

**(D.3.2)** a não apresentação da declaração mencionada no subitem acima inabilitará a Entidade.

**(D.4)** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

**(D.5)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente a sua finalidade e compatível com o objeto do edital de seleção.

#### **(E) DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA**

**(E.1)** - Certidão Negativa de ilícitos trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 18.345 de 01.02.2000, ou Declaração firmada pela participante, na forma prevista no Anexo do Decreto nº 23.445, de 25.09.03, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesesseis anos, sob penas da Lei. Para as participantes sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde firma tem sua sede;

**(E.2)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**13.02.** Os Documentos necessários à habilitação da participante farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente.

**13.03.** Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, deverão, os referidos documentos, ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias, contados até a data da realização do Processo Seletivo.

**13.04.** A habilitação far-se-á com a verificação sucessiva, partindo da primeira colocada na fase de julgamento, de que a participante cumpre os requisitos constantes do presente Edital.

**13.05.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a participante melhor colocada na fase de julgamento será declarada vencedora.

**13.06.** Caso a primeira colocada na fase de julgamento não atenda às exigências habilitatórias constantes do presente Edital, a Comissão examinará os documentos dos candidatos subsequentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda às referidas exigências, sendo esta declarada vencedora.

#### **14. DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**14.01.** Ao final da fase de análise e declarada a vencedora do certame, conforme determinado no item 3.04, qualquer participante poderá interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de dois (02) dias para a apresentação das razões do recurso, iniciando-se o prazo no dia seguinte à publicação citada no item 3.04, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**14.02.** Não serão aceitas razões escritas encaminhadas por serviço postal, correio eletrônico ou fax, sendo para todos os fins consideradas como não apresentadas.

**14.02.1.** As razões escritas deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação, entregues no Protocolo da Secretaria Executiva, situada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 6º andar, Centro, Niterói, no horário de 10:00h às 16:00h.

**14.03.** O acolhimento do recurso importará apenas a invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

**14.04.** O recurso será dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação, que poderá julgá-lo procedente ou improcedente, no prazo de dois (02) dias úteis ou, então, encaminhar o recurso, devidamente instruído, a autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

### **15. A HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

**15.01.** Uma vez homologado o resultado do processo de seleção e adjudicado o objeto do processo de seleção pela autoridade superior, a participante adjudicatária, dentro do prazo de validade de suas propostas, deverá atender em 48 horas (quarenta e oito), a contar da data da publicação no Diário Oficial ou da comunicação formal, à convocação da Secretaria Executiva para assinatura do Convênio.

**15.02.** Deixando a adjudicatária de assinar o Convênio no prazo acima fixado, poderá o Presidente da Comissão Especial de Avaliação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas do faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das participantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva participante declarada vencedora.

**15.03.** A adjudicatária deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação na CONVOCAÇÃO PÚBLICA, na assinatura do Convênio.

**15.04.** A adjudicatária será responsável, na forma do convênio, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e demais normas técnicas pertinentes. A ocorrência de desconformidades implicará no refazimento do (s) serviço(s) e na substituição dos materiais recusados, sem que isso acarrete qualquer ônus para o Município e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**15.05.** A adjudicatária será também responsável, na forma do convênio, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, acusar a terceiros, em especial Concessionários de serviços públicos, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

**15.06.** O ato do recebimento do objeto da Convocação Pública não implica na sua aceitação definitiva e não eximirá a participante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade do serviço prestado.

**15.07.** Os motivos de força maior que, a juízo da Administração Pública Municipal, possam justificar a suspensão da contagem de prazo, com a prorrogação do Convênio, somente serão considerados quando apresentados na ocasião das respectivas ocorrências. Não serão considerados quaisquer pedidos de suspensão da contagem de prazo baseados em ocorrências não aceitas pela fiscalização ou apresentadas intempestivamente.

**15.08.** A Fiscalização da execução do(s) serviço(s) prestado(s) caberá à Secretaria Executiva. A adjudicatária se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos da Fiscalização. Os atos da Fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pela Secretaria Executiva e/ou por seus prepostos, não eximem a Adjudicatária de suas obrigações no que se referem ao cumprimento das normas, especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

### **16. DO REPASSE DE RECURSOS**

**16.01.** Nos repasses de recursos orçamentários, serão observadas as condições obtidas na data do processo seletivo, conforme cronograma de desembolso, observando-se a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, obedecido ao disposto no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

**16.02.** Será assegurado à CONVENIADA repasse de recurso orçamentários do Município de Niterói, mediante apresentação de Requerimento, devidamente aprovado pelo setor competente, devendo efetivar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação, através de crédito em conta bancária no **BANCO DO BRASIL** do fornecedor cadastrado junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

**16.03.** Em caso de atraso no repasse, o débito será acrescido da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die entre o 31º dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

**16.04.** Em caso de antecipação do repasse, seu valor será descontado pela aplicação da taxa 1% (um por cento) ao mês, calculada "pro rata die" entre a data do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

### **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Sem prejuízo de indenização por perdas e danos, cabível nos termos do Código Civil, a Administração poderá impor à participante, adjudicatária ou contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações a que esteja sujeita, as sanções previstas no art.87 da Lei nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis.

**17.01.** A recusa da Adjudicatária em assinar o convênio dentro do prazo estabelecido no subitem 15.01. caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades previstas neste item.

**17.02.** O atraso injustificado na execução do Convênio de serviço sujeitará a Adjudicatária à multa de mora, fixada neste Edital, sendo descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**17.03.** Pela inexecução total ou parcial da obrigação assumida, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa:

**17.03.1.** Advertência;

**17.03.2.** Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;

**17.03.3.** Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, depois de esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

**17.03.4.** Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**17.03.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo até 5 anos.

**17.04.** As sanções previstas nos subitens 17.03.1, 17.03.4 e 17.03.5 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas em 17.03.2 e 17.03.3, e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa da avença, garantida defesa prévia ao interessado, no respectivo processo.

**17.05.** As sanções estabelecidas nos subitens 17.03.4 e 17.03.5 são da competência da Secretária Executiva.

**17.06.** As sanções previstas nos subitens 17.03.4 e 17.03.5 poderão também ser aplicadas às participantes que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista tenham:

**17.06.1.** Sofrida condenação definitiva por praticarem, por meios dolorosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;  
**17.06.2.** Praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos do Processo Seletivo;  
**17.06.3.** Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

**18. REAJUSTE**

**18.01.** Somente ocorrerá reajuste do convênio após o período de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do convênio.

**18.02.** O preço dos serviços será reajustado de acordo com a legislação vigente na data de sua aplicação, quando será adotado o ÍNDICE DE PREÇOS DO CONSUMIDOR APLICADO - ESPECIAL - IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**18.03.** A Conveniente não terá direito a reajustar o serviço que, comprovadamente, sofrer atraso e consequência da ação ou omissão motivada pela própria Conveniente, e também da que for executada fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

**19. DO FORO**

**19.01.** Fica eleito o foro da Cidade de Niterói para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução deste processo seletivo e adjudicação dele decorrente.

**20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.01.** É facultada ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação ou autoridade superior, em qualquer fase do processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instituição do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

**20.02.** À adjudicatária caberá inteira responsabilidade por todos os encargos e despesas com salários de empregados, acidentes que possam vir a serem vítimas quando em serviço e por tudo assegurado nas leis sociais e trabalhistas, ficando responsável, igualmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao Patrimônio Municipal por seus empregados.

**20.03.** Na execução dos serviços contratados deverão ser observadas, rigorosamente, as especificações preestabelecidas no Programa de Trabalho/Projeto Básico. Quando necessários, os ensaios, testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais, para a verificação da boa execução do objeto da presente Convocação Públicas, correm à conta da participante.

**20.04.** Integram o presente Edital todas as instruções, observações e restrições contidas no convênio e anexos.

**ANEXO I**  
**PROJETO DE ATIVIDADES FÍSICAS RELATIVAS À TERCEIRA IDADE**  
**PLANO DE TRABALHO – DESCRIÇÃO DO OBJETO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI		PLANO DE TRABALHO DESCRIÇÃO DO PROJETO	
NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE Município de Niterói – Secretaria Executiva		CONVÊNIO N°	EXERCÍCIO 2015
TÍTULO DO PROJETO Projeto de atividades físicas relativas à terceira idade			
ENDEREÇO DE REALIZAÇÃO DO PROJETO Em 38 Núcleos divididos em diversos Bairros do Município de Niterói			
BAIRRO		CIDADE Niterói	SIGLA ESTADO / PAÍS RJ
Nº PESSOAS BENEFICIADAS 5000	PERÍODO DE EXECUÇÃO Início: ass. Convênio Término:		CNPJ
<b>JUSTIFICATIVA:</b> O projeto aborda a importância da ginástica para os idosos, com atuação em 39 núcleos espalhados por vários bairros de Niterói, com cerca de 5.000 inscritos e 3.000 pessoas fazendo exercícios físicos diariamente, em média. Na terceira idade, há reconhecimento de perda de capacidades e da dinâmica psicossocial decorrente de tornar-se idoso. O psiquismo se mantém em movimento seja em expansão ou em retração. As variações de mudanças nos seus vínculos familiares, sociais e consigo mesmo incidem gradualmente, podendo levá-los ou ao isolamento ou a integração. O Projeto tem como ponto de partida, estimular o reposicionamento do idoso, propiciando uma atmosfera favorável através de atividades físicas e do convívio social, de modo que ele possa redescobrir suas possibilidades sem máscaras e assim maximizar suas habilidades com a preservação da independência e autonomia de seus participantes. A ginástica diária não só melhora a capacidade física do idoso, mas também promove a produção de neurotransmissores incrementando a atividade mental, assim contribuindo para o equilíbrio emocional. <b>OBJETIVO:</b> Promover a reintegração física, psíquica e social do idoso e o incremento de sua auto-estima, onde ele formará o seu círculo de relações, aumentando o seu companheirismo, e encontrará inúmeras pessoas com os mesmos interesses e necessidades, fator muito positivo para sua reintegração social. Reconstruir a inserção social do idoso promovendo a participação na ginástica de crianças, adolescentes, jovens e adultos para reproduzir o relacionamento social real. <b>METAS:</b> Este projeto visa abranger cerca de 5.000 idosos, em 38 núcleos de ginástica diária e atividades afins, instalados em diversos bairros de Niterói e a meta prevista neste projeto é de assegurar o pleno funcionamento das atividades previstas para estes núcleos.			
Niterói, _____ LOCAL DATA			

**FICHA TÉCNICA DA ENTIDADE CONVENIENTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI		FICHA TÉCNICA	
NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE		CNPJ	EXERCÍCIO 2015
ENDEREÇO COMPLETO			
MUNICÍPIO		CAIXA POSTAL	CEP UF RJ
	DDD	FONE FAX	E-MAIL
CONTA CORRENTE	BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO Niterói

IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE	
NOME DO DIRIGENTE DA ENTIDADE	CPF

ESTADO CIVIL		NACIONALIDADE		CARGO OU FUNÇÃO	
DATA DA POSSE (Continuidade)	DUR. MANDATO	Nº RG (CI)	EXPEDIÇÃO/DATA		ÓRGÃO EXPEDIDOR
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO					
FONE RESIDENCIAL		MUNICÍPIO		CEP	UF
Niterói,					
LOCAL ASSINATURA				DATA	

PLANO DE TRABALHO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO							
PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI				PLANO DE TRABALHO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO			
NOME DA ENTIDADE CONVENIENTE							CONVÊNIO N.º
	ANO	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
	2015						
	*				-	-	-
	ANO	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
	2016						
	*	-	-	-	-	-	-
					TOTAL		
AUTENTICAÇÃO							
Niterói, DATA							

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI				PROPOSTAS DE METAS FÍSICAS	
				Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE				2-EXERCÍCIO 2015	
03 – TÍTULO DO PROJETO					
DADOS DO PROJETO – AÇÃO 01 - RECURSOS HUMANOS					
04 – ESPECIFICAÇÕES	05– UNIDADE	06– QUANT.	07 – PREÇO UNITÁRIO	08 – TOTAL	
				CONCEDENTE	PROponente
09 – TOTAL				0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI				PROPOSTAS DE METAS FÍSICAS	
				Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE				02 – EXERCÍCIO 2015	
03 – TÍTULO DO PROJETO					
DADOS DO PROJETO – AÇÃO 02 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA					
04 – ESPECIFICAÇÕES	05– UNIDADE	06– QUANT.	07 – PREÇO UNITÁRIO	08 – TOTAL	
				CONCEDENTE	PROponente
09 – TOTAL				0,00	
AUTENTICAÇÃO					
Niterói, DATA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI		PROPOSTAS DE METAS FÍSICAS			
		Material de Consumo			
01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE				02 – EXERCÍCIO 2015	
03 – TÍTULO DO PROJETO					
DADOS DO PROJETO – AÇÃO 03 - MATERIAL DE CONSUMO					
04 – ESPECIFICAÇÕES	05– UNIDADE	06– QUANT.	07 – PREÇO UNITÁRIO	08 – TOTAL	
				CONCEDENTE	PROponente

Table with 6 columns and 2 rows. The bottom row contains the text '09 – TOTAL' and '0,00'.

PREFEITURA DE NITERÓI
PROJETO BÁSICO

Art. 1 OBJETIVOS

- Promover a reintegração física, psíquica e social do idoso e o incremento de sua autoestima, onde ele formará o seu círculo de relações, aumentando o seu companheirismo e encontrará inúmeras pessoas com os mesmos interesses e necessidades, fator muito positivo para sua reintegração social.
- Reconstruir a inserção social do idoso promovendo a participação na ginástica de crianças, adolescentes, jovens e adultos para reproduzir o relacionamento social real.

Art. 2 METAS

Este projeto visa ao atendimento de 5.000 idosos inscritos para 38 núcleos de ginástica diária e atividades afins, instalados em diversos bairros de Niterói. A ginástica diária não só melhora a capacidade física do idoso, mas também promove a produção de neurotransmissores incrementando a atividade mental, assim contribuindo para o equilíbrio emocional.

Art. 3 DESENVOLVIMENTO

Cada núcleo deverá ter estrutura, materiais e equipamentos próprios, com supervisão administrativa e coordenação técnica da conveniente, orientação no local, realizada por profissionais aptos a promover a melhoria da capacidade física, psíquica e social do idoso.

Art. 4 GINÁSTICA DIÁRIA

- Locais e horários sugeridos para as atividades dos núcleos de ginástica:
- 1º – Icaraí I(em frente à Pç. Getúlio Vargas) de 2ª a 6ª feira das 7:00 às 8:00he Sábado e Domingo das 8:30 às 9:30 horas;
  - 2º - Santa Bárbara (Praça João Saldanha) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00 horas;
  - 3º - Hortifruti (estacionamento da loja na Rua Marquês de Paraná) de 2ª a sábado de 7:00 às 8:00 horas,
  - 4º - Santa Rosa (Posto de Saúde Santa Rosa - Vital Brazil) de 2ª a 6ª feira das 7:00 às 8:00 horas
  - 5º - Ilha da Conceição (Clube Azul e Branco) de 2ª a 6ª feira das 7:00 às 8:00h
  - 6º - São Lourenço (Igreja do Ponto Cem Réis) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00 horas
  - 7º - Fonseca (Jardim Botânico / Horto Florestal) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00 horas
  - 8º - Largo da Batalha (Praça Levi Carneiro-Estrada Caetano Monteiro s/nº) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00h
  - 9º - Morro do Castro (Rua Teixeira de Freitas - pátio da Igreja Evangélica) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00 horas
  - 10º - Piratininga (Calçada da praia em frente ao Quiosque Loura Gelada) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00 horas
  - 11º - Rink (Praça do Rink) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00h
  - 12º - Jurujuba (Centro de Saúde) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00h
  - 13º - Engenhoca (Clube 11 Unidos) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00 horas
  - 14º – Cantagalo (Associação Esportiva do Cantagalo) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00 h
  - 15º - Palmeiras (R.Célio Gouveia-Praça da Palmeira) de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00 h
  - 16º - Cafubá (Praça. da Rótula) - de 2ª a 6ª feira de 7:00 às 8:00h
  - 17º - Tenente Jardim – Praça do Coreto de 2ª a 6ª feira das 8:30 às 9:30 horas
  - 18º - Caramujo (Ciep do Caramujo) de 2ª a 6ª feira de 8:30 às 9:30 horas
  - 19º - Preventório (Praia de Charitas em frente ao Hospital Psiquiátrico) de 2ª a 6ª feira de 8:30 às 9:30 horas
  - 20º - Rio do Ouro (Centro Comunitário) de 2ª a 6ª feira de 8:30 às 9:30 horas
  - 21º - Barreto (Parque Palmir Silva) de 2ª a 6ª feira de 8:30 às 9:30 horas
  - 22º – São Francisco (Praça Dom Orione) de 2ª a 6ª feira das 8:30 às 9:30 horas
  - 23º - Largo do Marrão (Praça Raul de Oliveira Rodrigues) de 2ª a 6ª feira de 8:30 às 9:30 horas
  - 24º - Engenho do Mato (Praça Irene Lopes Sodré em frente ao Médico de Família) de 2ª a 6ª feira de 8:30 às 9:30 horas
  - 25º - Cubango (Rua Luiz de Mattos ao lado do Colégio Estadual Dr.Memória) de 2ª a 6ª feira de 8:30 às 9:30 horas
  - 26º - Ingá (Praça do Ingá - em frente ao Supermercado Zona Sul) de 2ª a 6ª feira de 8:30 às 9:30 horas
  - 27º - Shopping Bay Market (Centro) de 2ª a sábado de 8:30 às 9:30 horas
  - 28º - Maria Paula (Praça Tancredo Neves) de 2ª a 6ª feira de 8:30 às 9:30 horas
  - 29º - Ponta da Areia (Praça Dr. Vitorino) de 2ª a 6ª feira das 8:30 às 9:30 horas
  - 30º - Itaipú (Horto de Itaipu) - de 2ª a 6ª feira das 8:30 às 9:30 horas
  - 31º - Bairro Chic (Praça Guadalajara)de 2ª a 6ª feira das 8:30 às 9:30 horas
  - 32º - Badú – Praça Levi Carneiro de 2ª a 6ª feira das 7:00 às 8:00 horas
  - 33º -Sapê -Casa do Homem de Amanhã de 2ª a 6ª feira das 8:30 às 9:30h
  - 34º -Retiro Saudoso - de 2ª a 6ª feira das 8:30 às 9:30 horas
  - 35º - Campo de São Bento (quadra cimentada) de 2ª a 6ª feira de 17:00 às 18:00 horas
  - 36º - Caio Martins, dança de salão – de 2ª das 13:00h às 19:00h; de 4ª, 5ª e 6ª feira de 13:00h às 19:00h.
  - 37º - Shopping Bay Market, dança de salão – 2ª, 4ª e 6ª feira, de 9:30h às 10:30h.
  - 38º - ASPERJ – Coral, de 2ª a 6ª feira, de 14:00h às 17:00h.

Art. 5 ATIVIDADES INTEGRADORAS

Os eventos relacionados acima estão sujeitos a modificações, substituições ou cancelamentos por motivos alheios ou força maior, como disponibilidade de locais, mudanças de tempo etc. Além dos eventos que reúnem todos os núcleos do projeto, poderão existir as festas de cada núcleo onde comemoram o aniversário de sua criação, aniversariantes do mês, aniversário dos professores, café da manhã de confraternização etc, tudo por conta da conveniente.

Art. 6 METODOLOGIA

Art. 7 NÚCLEOS

Nos núcleos de ginástica diária são realizadas aulas de 1 hora de duração, orientada por um professor de educação física da equipe, em sistema de rodízio, com o objetivo de permitir uma integração maior e para que a atividade não caia na rotina. As atividades são de frequência livre para que não se crie uma obrigatoriedade imposta ao idoso. Ao contrário, a intenção é deixá-lo livre de cobranças. Entretanto, deve existir um cadastro de todos os idosos que participam do programa. As aulas são executadas com música, exercícios de alongamento, aeróbicos e localizados, enfatizando os movimentos articulares e de equilíbrio, utilizando bastões como apoio. Todo



o planejamento é adequado à faixa etária dos participantes e diariamente a aula é encerrada com um pouco de dança para alegrar e integrar o grupo. É estimulado que, ao término da atividade, haja uma troca de experiências entre o grupo e o professor do dia para reforçar o processo de socialização. As aulas das atividades complementares seguem uma rotina própria sempre visando o estímulo ao processo de socialização e aculturação. A grande maioria dos participantes dos núcleos complementares é integrante dos núcleos diários de ginástica. O funcionamento dos núcleos de ginástica se dá 07 vezes a 05 vezes na semana.

**5. INSCRIÇÃO**

**XV- Clientela**

Cada núcleo tem um representante voluntário com características de liderança e organização perante o grupo com o objetivo de ser o elo entre a coordenação do projeto e os integrantes do mesmo.

Para a inscrição, o interessado faz livremente uma aula sem compromisso e se quiser integrar o grupo, preenche a ficha de inscrição e recebe uma camisa de identificação do Projeto.

Todo este procedimento deve ser gerenciado pela instituição conveniente, ficando por conta da conveniente o fornecimento do material correspondente.

**6. PERÍODO DE EXECUÇÃO**

A concepção do Projeto é de funcionamento contínuo, mas, especificamente este Projeto Básico, se refere a um período de até 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do convênio.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**Atos do Secretário**

**Portarias**

Designa **Maria Cecília Nobre Mauro de Almeida** como Relatora, **Jacqueline Bouchardet Fellows Bernardes** e **Mario Luis Fernandes Grillo** como Revisora e Vogal respectivamente, para constituírem Comissão de Sindicância, com finalidade de apurar os fatos mencionados no Processo nº20/1644/2015 (Portaria nº88/2015).

Designa **Maria Cecília Nobre Mauro de Almeida** como Relatora, **Jacqueline Bouchardet Fellows Bernardes** e **Mario Luis Fernandes Grillo** como Revisora e Vogal respectivamente, para constituírem Comissão de Sindicância, com finalidade de apurar os fatos mencionados no Processo nº20/1677/2015 (Portaria nº89/2015).

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015**

**HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o que consta no processo nº 020/003214/2014, relativo à aquisição com instalação de persianas, homologo o resultado da licitação, por PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 011/2015, adjudicando o fornecimento a empresa: Empresa: **EMAV MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA - EPP**, no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para atender a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, de acordo com inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**EXTRATO Nº 15/2015 - SMA**

**INSTRUMENTO:** Termo Aditivo nº 12/2015 ao Contrato nº06/2014. **PARTES:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Administração e a **EMPRESA MAC ID COMÉRCIO, SERVIÇOS E TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA-EPP**. **OBJETO:** Prorrogação de prazo do Contrato nº 06/2014 referente à prestação de serviços de locação de equipamentos multifuncionais com assistência técnica inclusa, reposição de peças, suprimentos e demais consumíveis (exceto papel). **PRAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente termo. **VALOR:** R\$605.976,00 (seiscentos e cinco mil novecentos e setenta e seis reais).**VERBA:** P. T. nº nº 17.01.04.122.0001.2152; C.D. nº 3.3.3.9.0.3.9; FONTE 100; Nota de Empenho nº 001421 datada de 02/06/2015. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93; em especial o art. 57, Inciso IV e despachos contidos no processo nº 020/000937/2015. **DATA DA ASSINATURA:** 11 de junho de 2015.

**Despachos do Secretário**

**Auxílio gestação- Deferido**

20/1559/15

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**

**Departamento de Fiscalização de Posturas**

**Despachos do Diretor**

**Processo 130/1747 e 1657/2015-** Deferido

**Processo 130/1913/2015-** Indeferido

**Processo 130/1121/2014-** Indeferido

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

**Ato do Secretário**

**PORTARIA Nº 009/SMF/2015**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1 º - Designar a servidora abaixo identificada para fiscalização dos contratos relacionados a seguir:

EMPRESA	Nº DO PROCESSO	FISCAIS DO CONTRATO	MATRÍCULA
GRUPO IMPACTO EMREENDIMENTOS LTDA- EPP	030/005370/2015	CONCEIÇÃO RODRIGUES CECILIANO	224.793-0
GRUPO IMPACTO EMREENDIMENTOS LTDA- EPP	030/005359/2014	CONCEIÇÃO RODRIGUES CECILIANO	224.793-0

Art.2º - Ficam convalidados todos os atos administrativos praticados anteriormente pelos servidores relacionados com a matéria em referência.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria tem a finalidade de fiscalizar a referida empresa nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Niterói**

Corrigenda da Deliberação CMDCA Nº: 142/15, publicada no diário oficial do município em 21 de maio de 2015.

ONDE SE LÊ:

"pela **Técnica de contabilidade** da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, **Sra. Tania da Costa Carneiro**".

LEIA-SE:

"pela **Tesoureira** da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, **Sra. Tânia da Costa Carneiro**".

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**

**TERMO Nº 010/2015**

TERMO DE CONVÊNIO E COMPATROCÍNIO que entre si fazem de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI E A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER - SMEL, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE BODYBOARDING DE NITERÓI, no valor global de R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), que se refere ao evento ITACOATIARA PRO 2015 – IV CAMPEONATO MUNDIAL DE BODYBOARD DE NITERÓI, no período de 02 à 12 de julho de 2015, que obedece ao processo administrativo

Nº230/056/2015, Fundamento: Lei Federal nº8.666/93, parágrafo primeiro do artigo 25, data da assinatura -08/06/2015.

**TERMO Nº 010/2015**

TERMO DE CONVÊNIO E COMPATROCÍNIO que entre si fazem de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI E A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER - SMEL, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE SURFE DE NITERÓI, no valor global de R\$40.000,00 (Quarenta mil reais), que se refere ao evento 1ª ETAPA CIRCUITO DA ASSOCIAÇÃO DE SURFE DE NITERÓI, no período de 24 à 25 de maio de 2015, que obedece ao processo administrativo Nº230/054/2015, Fundamento: Lei Federal nº8.666/93, parágrafo primeiro do artigo 25, data da assinatura -04/05/2015. Na convocação de boa acolhida, manifestamos nossa consideração.

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL**

Ficam convocados professores, pais de alunos, alunos maiores e servidores da Escola Municipal Nossa Senhora da Penha, localizada na Travessa Francisco Soares Pacheco, s/nº, Ponta D'Areia, Niterói-RJ, bem como quaisquer membros da comunidade interessados em prestar serviços à referida escola, ou acompanhar o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas, administrativas e financeiras, para uma Assembleia Geral do Conselho Escola Comunidade que será realizada no dia vinte de junho do decorrente ano, às 09h, na sede da Unidade Escolar para discussão e deliberação sobre os seguintes assuntos:

- Leitura e aprovação do novo Estatuto do CEC;
- Assuntos gerais

**NITERÓI TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A- NITTRANS  
Ato do Presidente**

**PORTARIA NITTRANS nº 023/2015**

O Presidente da Niterói, Transporte e Trânsito S/A – NitTrans, de acordo com a Lei Municipal nº 2.283, de 28 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

**Art. 1º** Nomear os membros efetivos da Comissão de Apreciação da Defesa da Autuação (CADA), a contar de 01 de junho de 2015, a saber:

- ALEXANDRE CONY DOS SANTOS (Membro titular);
- LEONARDO MARQUES DA SILVA (Membro titular);
- ADRIANA MARCIA SONDAHL BRITO (Membro titular);
- ROBSON JORGE DA COSTA LIMA MENEZES (Suplente);
- CARLOS ALBERTO DE SOUZA LUZES (Coordenador).

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN  
DESPACHO DA PRESIDENTE**

Termo Aditivo nº 06/15, referente ao Contrato nº 16/11, celebrado entre a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e de outro lado, como contratada a empresa, ECONIT ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. Objeto: reajuste de tarifa, a partir do mês de abril de 2015, no percentual de 7,298%, previstos e calculados nas bases contratadas, na forma da Lei das Licitações, que se regerá pela Lei Federal 8.666/93 Proc. Adm. 520/1231/15.

Comunico que os relacionados abaixo recusaram-se a receber, assinar e/ou não foram encontrados no ato da Notificação, ficando desde já obrigados a cumprir a exigência de limpar e manter limpo, murar ou cercar terreno edificado ou não no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 17 do Código de Limpeza Urbana, sob pena de ser lavrado auto de infração.

**Notificação:**

**1 –BERNHARD AUGUST WILKEN – NOT. 0544–** Rua Mariz e Barros 178 ,icarai, Insc. 0075135

**2 – DERSAN COMERCIO DE PLASTICOS LTDA. NOT. 0647,** Rua da Conceição nº 177, Centro, Insc. 0030999

**3 - MARISA VELLOSO DE FREITAS ROCHA – NOT. 0667,** Rua Noronha Torrezão nº 268, Cubango, Santa Rosa , Insc. 0097477

**4 - AILSON VIANA E OUTROS - NOT. 0668,** Av. Nestor R. Perlingeiro, It 86B, Santa Barbara, Insc. 0832535

**5 - FRANCISCO DE ASSIS VALENTE – NOT. 0669,** Rua Domingos A. Moraes Filho, qd 85, It 4, Serra Grande, Insc 0862961

**6 – LICINIA MARIA COELHO M. DAMASCENO – NOT. 0674,** Rua Gal. Andrade Neves, 302, bl. 02, aptº 703, São Domingos, Insc. 0853792

**7 – ACIOLE FIGUEIRA – NOT. 0675,** Rua Taveres de Macedo, 82, Icarai, Insc. 0055814

**8 – DANIEL LEITE DE CAMPOS – NOT. 0712,** Av. Augusto Ferreira Ramos, qd 32, lote 28, Maravista, insc. 0774679

**9 – CARLOS RAPOSO DA SILVA – NOT. 0801,** Rua Presidente Pedreira, nº 02, Ingá, Insc. 0047217

**10– JACY FONTE BOA – NOT. 0802,** Estrada Leopoldo Fróes, 411, São Francisco.

**11 – PINTO DE ALMEIDA LTDA – NOT. 0803,** Rua 65(Maravista), qd 176, It 11, Itaipu, Insc. 0748947

**Auto de infração:**

**1 - VINICIUS DE SOUZA MAGLIANO DIAS – AI 0648,** Rua Visconde de sepetiba, 809, centro insc. 0013268

**2 – EDFÍCIO N. SRº DA CONCEIÇÃO – AI 0672,** Av. Amaral Peixoto, 327, Centro

**3– HAMILTON BARBOSA LINS – AI 0729,** Rua Honduras, lote, 16, qd. 23, Soter – Serra Grande, Insc. 0859900

**4 – CELSO ROBERTO RODRIGUES VIEIRA – NOT 0730,** Rua TNR. Roberto C. De Miranda, qd 61, It 11, Serra Grande, Insc. 0868182

**5 – CELSO ROBERTO RODRIGUES VIEIRA – NOT 0731,** Rua TNR. Roberto C. De Miranda, qd 61 It 19, Serra Grande, Insc. 0867960

**6 – NELSON PINHO BRANDAO E OUTRO – NOT 0732,** Rua TNR. Roberto C. De Miranda, qd 61, It 4, Serra Grande, Insc. 0868117

**7 – MOYSES SILVEIRA MENESES – NOT. 0733,** Rua 4 (C. Balneário Boa Vista), qd. 11. It. 24, Itaipu, Insc. 0757518

**8 – LIDIA REGINA DE SOUZA CLEMENTE – NOT. 0734,** Rua Dr. Mario Souto, qd 127, It 10, Piratininga, Insc. 0635029

**9 - ANDERSON PEREIRA MONTEIRO – NOT. 0735,** Rua Planeta Terra, qd. 128, It 15, Piratininga, Insc. 0635276

**10 – PICONE EQUIPAMENTOS LTDA – AI. 0736,** Av. Cons. Paulo de Mello Kalli, lote 07, qd 91, Piratininga, Insc. 0627273

**11 – ELIANE CAMPOS COUTINHO – AI. 0737,** Rua A (Parque Guaranis), qd B, It 18, São Francisco, Insc. 0594523

**12– JOZEFINA A. DE BARROS – AI. 0738,** Rua José Vergueiro da Cruz, It 60, qd 6, Jardim Icarai, Insc. 0279760

**13– ROBERT VICENT DOMINIQUE MIRELLI – AI. 0739,** Rua A (Parque Guaranis) qd. B, Lt. 12, São Francisco, Insc. 0594465

**14 – RICARDO EUGENIO BOECHAT – AI. 0740,** Rua A (Parque Guaranis), qd B, It 13, São Francisco, Insc. 0594473

**15 – TOMEMITSU NUKARIYA – AI. 0741,** Rua A (Parque Guaranis), qd B, It 14, São Francisco, Insc. 0594481

**16 – TOMEMITSU NUKARIYA – AI. 0742**, Rua A (Parque Guaranis), qd B, It 15, São Francisco, Insc. 0594499

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA**  
**ATOS DO PRESIDENTE**  
**ORDEM DE INÍCIO**

Estamos concedendo Ordem de Início ao Contrato nº. 030/2015 firmado com a empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, objetivando a execução das Obras Reconstrução de trecho de calçada na Avenida Ermelindo Marins, no bairro de Jurujuba, no Município de Niterói, a partir do dia 12/06/2015, com término previsto para 12/10/2015. Proc. nº. 510/3917/15. Guilherme Pessanha Ribeiro – Presidente da EMUSA.

**ORDEM DE INÍCIO**

Estamos concedendo Ordem de Início ao Contrato nº. 018/2015 firmado com a empresa VETORIAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, objetivando a execução das Obras de reforço estrutural no final da Av. Almirante Tamandaré (Piratininga) esquina com Rua das Garças (Camboinhas) no canal de Camboatá, no Município de Niterói, a partir do dia 12/06/2015, com término previsto para 12/12/2015. Proc. nº. 40/0517/14. Guilherme Pessanha Ribeiro – Presidente da EMUSA.